



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

17º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2008 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) A autonomia das unidades federadas se traduz em :
 - a) autopoiese, autogoverno e autogestão.
 - b) auto-organização, autogoverno e auto-administração.
 - c) auto-administração, autopolítica e autogestão.
 - d) auto-constituição, auto-organização e autogoverno.
 - e) autogoverno, auto-declaração e auto-administração.

- 2) O Governador do Estado X nomeou seu irmão para assumir o Cargo de Secretário de Estado de Educação, já na vigência da Súmula Vinculante nº 13. Nestes termos, pode-se dizer que a nomeação:
 - a) é válida, por se tratar de cargo de natureza política.
 - b) é inexistente, por violar a Constituição.
 - c) é nula de pleno direito.
 - d) é anulável, na forma da lei.
 - e) é nula, por violar o princípio da moralidade.

- 3) À luz do princípio da *interpretação conforme a Constituição*, é INCORRETO afirmar que:
 - a) a declaração de inconstitucionalidade da lei é uma providência extrema, a ser adotada somente quando não houver interpretação viável da norma que a compatibilize com a Constituição.
 - b) a técnica de decisão da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto pressupõe, em regra, a interpretação conforme a Constituição.
 - c) é inadmissível que se extrapole o limite literal de significação das palavras, a pretexto de se efetuar uma interpretação conforme a Constituição.
 - d) o recurso à interpretação conforme a Constituição envolve o aproveitamento de uma exegese da norma legal examinada que, dentre as possíveis, seja a única constitucional, ainda que não decorra da leitura mais óbvia, excluindo-se as demais.
 - e) apenas o Supremo Tribunal Federal está autorizado a utilizar a técnica da interpretação conforme a Constituição.

- 4) De acordo com a jurisprudência sedimentada do STF, NÃO cabe mandado de segurança:
 - a) contra lei em tese.
 - b) contra decisão do Tribunal de Contas da União.
 - c) contra decisão judicial.
 - d) quando a matéria de Direito for controvertida.
 - e) contra ato administrativo de demissão de servidor público.

- 5) Considerando o entendimento atual do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, é CORRETO afirmar que:
 - a) os militares estaduais poderão exercer o direito de greve nas mesmas condições que os servidores públicos civis.
 - b) até que sobrevenha a lei específica prevista na Constituição da República, os servidores públicos poderão exercer o direito de greve nas condições e limites previstos na legislação aplicável aos trabalhadores submetidos à CLT.
 - c) é vedado aos servidores públicos o exercício do direito de greve, em quaisquer casos.
 - d) é vedado aos servidores públicos das áreas de saúde o exercício do direito de greve.
 - e) o exercício do direito de greve pelos servidores públicos está condicionado, pela Constituição, à edição de lei complementar.

- 6) **Ajuizada ação direta de inconstitucionalidade questionando a validade de dado dispositivo, a alteração da redação do ato impugnado que acarrete modificação de seu sentido acarreta:**
- a) a necessidade de abrir-se vista ao legitimado para emendar a inicial.
 - b) o julgamento, independentemente da alteração, por se tratar de processo objetivo.
 - c) a inviabilidade do controle abstrato de constitucionalidade, que resultará na extinção do processo.
 - d) *a emendatio libelli*.
 - e) a necessária procedência do pedido, por reconhecimento da inconstitucionalidade por outro Poder.
- 7) **A Associação Nacional dos Bancos de Investimento ajuiza ação direta de inconstitucionalidade, objetivando a declaração de nulidade de lei que exige a apresentação de eletrocardiograma para a inscrição em vestibulares das universidades federais. A decisão do STF deve ser:**
- a) pela procedência do pedido, dada a manifesta irrazoabilidade da lei.
 - b) pela improcedência do pedido, em virtude da proteção constitucional da saúde.
 - c) pela extinção do processo sem resolução de mérito, pela impossibilidade jurídica do pedido.
 - d) pela negativa de seguimento, por ausência de pertinência temática.
 - e) pela procedência do pedido, em virtude da inconstitucionalidade da lei.
- 8) **O Poder Constituinte Derivado Decorrente é:**
- a) o poder de que dispõem os Estados-membros de elaborar suas próprias Constituições.
 - b) o poder de que dispõe a União para regulamentar disposições constitucionais.
 - c) o poder de que dispõem os Municípios para editar suas leis orgânicas.
 - d) o poder de reforma da Constituição Federal.
 - e) o poder de revisão constitucional.
- 9) **A competência para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos é:**
- a) concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - b) exclusiva de cada ente federado, relativamente aos respectivos servidores.
 - c) privativa da União.
 - d) privativa da União, exclusivamente quanto à edição de normas gerais.
 - e) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- 10) **Relativamente a crimes contra a vida, a imunidade dos Deputados Federais e Senadores:**
- a) submete a instauração de processo penal por crimes praticados após a diplomação a autorização da Casa Legislativa a que pertencer o parlamentar.
 - b) permite a sustação, por decisão da Casa Legislativa a que pertencer o parlamentar, de processo penal por crimes praticados antes da diplomação.
 - c) permite a sustação, por decisão da Casa Legislativa a que pertencer o parlamentar, de processo penal por crimes praticados após a diplomação.
 - d) veda a instauração de processo penal por crimes praticados após a diplomação.
 - e) veda a instauração de processo penal por crimes praticados antes da diplomação.

DIREITO CIVIL

- 11) **Não têm personalidade jurídica:**
- a) as autarquias.
 - b) as associações.
 - c) os partidos políticos.
 - d) as sociedades de economia mista.
 - e) as Secretarias de Estado

12) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Sempre que, em uma mesma obrigação, houver dois ou mais devedores, presume-se a solidariedade entre eles.
- b) A solidariedade somente pode resultar da lei.
- c) Não é válida a estipulação de solidariedade em contrato.
- d) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- e) O pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida em relação aos demais credores.

13) Em contrato de promessa de compra e venda de imóvel, estipulou-se que, se o imóvel não fosse desocupado em até três meses, cessariam os efeitos do negócio celebrado. Pode-se afirmar que o contrato está sujeito a:

- a) termo.
- b) encargo.
- c) condição resolutiva.
- d) condição suspensiva.
- e) condição ilícita.

14) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) As pessoas jurídicas de direito público somente respondem por atos comissivos de seus agentes, que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, quando praticados com dolo.
- b) As pessoas jurídicas de direito público somente respondem por atos comissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, quando praticados com dolo ou culpa.
- c) As pessoas jurídicas de direito público respondem por atos comissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, sem que se exija do terceiro a prova do dolo ou culpa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público não são civilmente responsáveis por atos comissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros.
- e) É subjetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público por atos comissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros.

15) Para a configuração do ato ilícito, são necessários os seguintes requisitos:

- a) A conduta do agente, culposa ou dolosa, independente de dano.
- b) A conduta dolosa do agente e o dano.
- c) A conduta do agente, independente de dolo ou culpa, e o dano.
- d) A conduta do agente, culposa ou dolosa, o dano e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
- e) A conduta do agente, independente de dolo ou culpa.

16) Indique a hipótese que não enseja a invalidação do negócio jurídico:

- a) Erro em relação à natureza do negócio.
- b) Falso motivo não expresso como razão determinante para a prática do ato.
- c) Ameaça que incuta fundado temor de dano iminente, ensejando a celebração do negócio.
- d) Erro quanto à identidade da pessoa, influenciando na declaração de vontade.
- e) Sujeição a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, por inexperiência ou premente necessidade de uma das partes.

17) Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade. Esta disposição do Código Civil corresponde a que instituto jurídico?

- a) Conversão.
- b) Confirmação.
- c) Redução.
- d) Simulação.
- e) Anulação.

18) Não se consideram benfeitorias:

- a) os melhoramentos acrescidos à coisa com a finalidade de evitar que se deteriore.
- b) os acréscimos realizados no bem com a finalidade de aumentar o seu valor ou facilitar o seu uso.
- c) as obras realizadas com a finalidade de tornar a coisa mais vistosa ou agradável.
- d) os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário.
- e) as pequenas reformas de manutenção da coisa.

19) A validade da declaração de vontade depende de forma especial?

- a) Sim, pois vige no direito brasileiro o princípio do formalismo das declarações de vontade.
- b) Não, salvo quando a lei expressamente a exigir.
- c) Somente nos negócios jurídicos relativos a direitos reais sobre imóveis.
- d) Somente nos negócios jurídicos de valor superior a 30 vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- e) Não, a declaração de vontade nunca depende de forma especial para ser reputada válida.

20) Sobre a teoria geral das obrigações, é CORRETO afirmar:

- a) As obrigações naturais são plenamente exigíveis.
- b) As obrigações podem ser de meio ou de resultado.
- c) As obrigações indivisíveis não estão sujeitas à prescrição.
- d) São sempre *inuito personae* as obrigações de fazer.
- e) As obrigações ilíquidas vencem antecipadamente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Para propor ou contestar ação é necessário ter:

- a) mais de 18 anos de idade.
- b) mais de 21 anos de idade.
- c) interesse e legitimidade.
- d) interesse, legitimidade e idade superior a 21 anos.
- e) interesse, legitimidade e título de eleitor.

22) Sobre a representação processual em juízo, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A União é representada por seus procuradores.
- b) O Procurador do Estado necessita sempre de procuração para praticar atos processuais.
- c) O síndico representa a massa falida.
- d) O Estado será representado pelo Procurador do Estado.
- e) O Município pode ser representado pelo Prefeito.

23) Sobre o tempo e o lugar dos atos processuais, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 18 (dezoito horas).
- b) A citação e a penhora poderão, excepcionalmente e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados.
- c) Os atos processuais só podem ser praticados na sede do juízo em que tiver sendo processada a demanda.
- d) Os prazos processuais ficam suspensos nos domingos e feriados.
- e) As partes, de comum acordo, podem prorrogar os prazos, independentemente do seu vencimento.

24) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) O procedimento comum é o ordinário ou sumário.
- b) O procedimento especial rege-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário.
- c) Será observado imperiosamente o procedimento sumário quando o valor da causa superar 100 (cem) salários-mínimos.
- d) No processo submetido ao procedimento sumário, caberá ao autor apresentar o rol de testemunhas na petição inicial.
- e) No procedimento sumário, é permitido ao réu, em sede de contestação, formular pedido em seu favor.

25) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Procuradores do Estado gozam da prerrogativa de contestar, em 30 dias, todas as ações em que atuam.
- b) O prazo para o Detran, autarquia estadual, contestar ação sob o rito sumário é de 30 dias, a contar da juntada do mandado de citação.
- c) O prazo para a agência estadual de serviço público contestar ação sob o rito ordinário é de 15 dias, a contar da juntada do mandado de citação.
- d) O prazo para empresa pública estadual contestar ação sob o rito ordinário é de 15 dias, a contar da juntada do mandado de citação.
- e) O prazo para o Estado do Rio de Janeiro contestar ação sob o rito sumário é de 30 dias, a contar da juntada do mandado de citação.

26) Indique a resposta INCORRETA:

- a) A incompetência decorrente de nulidade de cláusula de eleição de foro pode ser conhecida de ofício.
- b) A incompetência relativa é argüida por meio de exceção.
- c) Caso reconhecida a incompetência absoluta, são nulos os atos decisórios praticados pelo juiz.
- d) A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício.
- e) Caso reconhecida a incompetência relativa, há nulidade relativa dos atos decisórios praticados pelo juiz.

27) Marque a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- b) Para que possa atuar no processo, o assistente deve requerer seu ingresso no prazo de contestação.
- c) Sendo revel o assistido, o assistente será seu procurador.
- d) A assistência exige interesse econômico para ser deferida.
- e) O assistente pode intervir no processo havendo ou não interesse jurídico.

28) É CORRETO afirmar que:

- a) Pode a parte discutir no curso do processo questões já decididas, a respeito das quais já houve a preclusão.
- b) Se a causa tratar de relação jurídica continuativa, havendo modificação no estado de fato, pode o juiz reapreciar questão já decidida.
- c) Faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida pelo juiz para decidir a demanda.
- d) A coisa julgada sempre se produz contra todas as pessoas, independentemente de serem partes do processo.
- e) A coisa julgada apenas se produz contra todos se o pedido não for julgado improcedente por falta de provas.

29) É competência do Supremo Tribunal Federal julgar:

- a) recurso ordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça.
- b) recurso especial.
- c) mandado de segurança contra ato do Presidente da República.
- d) julgar mandado de segurança contra ato de agente público estadual.
- e) conflitos de competência entre duas Varas de Fazenda Públicas pertencentes ao mesmo Tribunal de Justiça.

30) É INCORRETA a assertiva:

- a) O princípio da igualdade impõe ao juiz que assegure às partes igualdade de tratamento.
- b) A partir do contraditório, quando uma das partes juntar aos autos um documento, deve ser permitido à outra que se manifeste sobre este.
- c) Pelo princípio da inércia, o juiz não pode prestar jurisdição, senão quando provocado.
- d) A congruência determina que a sentença deve em regra respeitar os limites do pedido.
- e) A duração razoável do processo permite que o juiz afaste o contraditório das partes.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
EDITAL**

**17º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 18 do Regulamento do 17º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, faz saber aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1)B
- 2)A
- 3)E
- 4)A
- 5)B
- 6)C
- 7)D
- 8)A
- 9)B
- 10)C

DIREITO CIVIL

- 11)E
- 12)D
- 13)C
- 14)C
- 15)D
- 16)B
- 17)A
- 18)D
- 19)B
- 20)B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21)C
- 22)B
- 23)B
- 24)C
- 25)D
- 26)E
- 27)A
- 28)B
- 29)C
- 30)E

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua Dom Manuel, nº 25, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10 às 17 horas.